

Universidade Federal de Juiz de Fora

**O NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE: UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA DA ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL**

Nádia Oliveira Vizotto Ribeiro

Juiz de Fora

2013

Nádia Oliveira Vizotto Ribeiro

**O NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE: UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA DA ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Ciências Humanas da
Universidade Federal de Juiz de Fora
como requisito final à obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra

Juiz de Fora

2013

Nádia Oliveira Vizotto Ribeiro

**O NOVO OLHAR SOBRE A CIDADE: UMA PERSPECTIVA
HISTÓRICA DA ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL**

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito final à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais/ Antropologia e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Profa. Dra. Rogéria Campos de Almeida Dutra – Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Marcella Beraldo de Oliveira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Juiz de Fora

27/04/2013

RESUMO

A Antropologia Urbana se destaca no Brasil e no mundo, como uma linha de pesquisa que traz importantes reflexões acerca do urbano, das cidades, e dos sujeitos que compõem esse cenário. Apesar da sua legitimidade atual, ela foi por muito tempo coadjuvante dentro das pesquisas antropológicas, visto que esta disciplina tinha como tradição a pesquisa de sociedades “simples” e consideradas exóticas. O presente trabalho descreve o momento em que a Antropologia Urbana surge como um campo dentro da disciplina antropológica, bem como seu desenvolvimento ao longo dos anos. Além disso, foram apresentadas suas influências teóricas e metodológicas, os principais pesquisadores da área, e instituições de ensino superior e pós-graduação que se dedicaram ao tema. Em vista da centralidade que o contexto urbano e as grandes cidades têm na sociedade em que vivemos, a Antropologia Urbana se torna uma linha de pesquisa fundamental na modernidade, e por isso mesmo a importância de trabalhos sobre ela.

PALAVRAS-CHAVE: Antropologia Urbana, cidade, Escola de Chicago, Escola de Manchester.

ABSTRACT

The Urban Anthropology excels in Brazil and all around the world, as a line of research that has important reflections about the urban, the cities, and the individuals that compose this scenario. Despite its current legitimacy, it was for longtime adjunct (Bem, não sei se esse é um bom sinônimo para coadjuvante) within anthropological research, as this discipline had a tradition the research of “simple” societies and considered exotic. This paper describes the moment when the Urban Anthropology emerges as an anthropological field within the discipline as well as its development over the years. Additionally, Its influences were presented theoretical and methodological, also the main researchers, and institutions of higher education and post-graduate students who are dedicated to the subject. Given the centrality of the urban context and the big cities have in the society we live in, the Urban Anthropology becomes a line of fundamental research in modernity, and therefore the importance of work on it.

KEY-WORDS: Urban Antropology, city, Chicago School, Manchester School.

SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1. A cidade como objeto de pesquisa.....	9
Capítulo 2. Antropologia Brasileira.....	14
Capítulo 3 Antropologia e as cidades.....	22
3.1 Influências teóricas.....	22
3.1.1 Escola de Chicago.....	22
3.1.2 Escola de Manchester.....	30
3.2 Revisão histórica da Antropologia Urbana no Brasil.....	34
Considerações finais.....	40
Referências bibliográficas.....	42

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos antropológicos, que datam do fim do século XIX, procuravam entender a diversidade de costumes entre os povos, principalmente entre a sociedade ocidental e os considerados “primitivos”. Partindo do princípio de que todos pertenciam à mesma espécie, as diferenças entre essas populações foram vistas pelos pesquisadores como estágios de evolução num processo único; era a chamada corrente Evolucionista. Ao longo dos anos, as perspectivas antropológicas foram se modificando, assim como novas áreas de investigação foram abertas. Os povos “primitivos” deixaram de ser o único objeto da Antropologia, pois passaram a entender que o “outro” não precisa, necessariamente, estar distante do pesquisador.

O sujeito urbano passa então a ser visto como um indivíduo dotado de diversidade cultural, e que por isso mesmo, merecia a atenção da Antropologia. Park já afirmava em 1916 que “o homem civilizado é um objeto de investigação igualmente interessante, e ao mesmo tempo sua vida é mais aberta à observação e ao estudo.” (PARK in VELHO, 1973, p. 28). Pensando nesse sujeito, a cidade tornou-se o lócus das pesquisas antropológicas dedicadas aos grupos urbanos, que concentra e multiplica toda a complexidade existente entre as sociedades modernas. Desenvolve-se, a partir disso, uma nova área dentro da Antropologia, que ficou conhecida como Antropologia Urbana, e que teve como maiores influências a Escola de Chicago e a Escola Antropológica de Manchester.

As mesmas influências são sentidas no desenvolvimento da Antropologia Urbana no Brasil, que passou a ter maior visibilidade e prestígio a partir dos anos 70. A década de 70 tem um papel fundamental no trajeto histórico da Antropologia Urbana no Brasil, em que a qualidade da produção intelectual foi muito alta, além da modificação de temas abordados pelos pesquisadores. É somente a partir dessa data que a pesquisa antropológica se volta para a cidade, de fato. Antes disso, a antropologia no Brasil concentrava-se em três temáticas fundamentais: “o estudo de culturas indígenas e seus contatos com a civilização; o estudo das culturas caboclas; e o estudo da aculturação de certos grupos étnicos e raciais, como negros, japoneses, alemães etc.” (MAGNANI, 1996c, p. 8). Contudo, é importante salientar que por mais que a Antropologia focava-se nessas temáticas, já existiam pesquisas que tratavam dos processos sociais que ocorriam na cidade. São obras como “Sobrados e Mucambos” (1951) de Gilberto Freyre, “A cidade das mulheres” (1967) de Ruth Landes e “Vozes de Campos de

Jordão” (1950) de Oracy Nogueira, que tiveram grande influência pela Antropologia Norte-Americana, e que são referências até hoje dentro da Antropologia Urbana brasileira.

A partir dessa breve análise, fica clara a relevância que as pesquisas no campo urbano têm e, conseqüentemente, que a Antropologia Urbana tem para o desenvolvimento das Ciências Sociais no geral. Sua perspectiva inovadora no estudo dos grupos urbanos, com a valorização da pesquisa de campo e a observação participante, faz desta área um tema importante a ser analisado.

O presente trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro se debruça sobre a cidade como objeto de pesquisa; o segundo faz uma breve revisão histórica da Antropologia no Brasil, com os temas de pesquisa mais recorrentes ao longo dos anos e os autores mais influentes; e por fim, trato da Antropologia Urbana em si, com suas influências teóricas e metodológicas bem como seu desenvolvimento ao longo dos anos dentro do Brasil.

De maneira geral, o trabalho proposto tem por finalidade apresentar a Antropologia Urbana no Brasil, justificando a relevância teórica e metodológica que esta área da Antropologia tem para a discussão acerca do urbano, da cidade, e dos sujeitos que compõem esse cenário. Para fazer essa apresentação, usaremos de recursos históricos, buscando o surgimento da disciplina e suas principais influências. Contudo, essa análise não se baseará somente em sua institucionalização, mas também no seu desenvolvimento ao longo dos anos. Torna-se fundamental demonstrar e entender as modificações sentidas no campo teórico e metodológico da disciplina, e o motivo pelo qual a década de 70 tenha dado maior relevância para a pesquisa antropológica urbana.

CAPÍTULO I – A CIDADE COMO OBJETO DE PESQUISA

A modernidade, tal qual a vivenciamos hoje, está marcada por diversas características importantes, e uma delas é o crescimento de grandes cidades derivada fundamentalmente da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo. As transformações sofridas a partir destes eventos foram profundas e modificaram a vida social das cidades e dos indivíduos que a habitam. A partir disso, um novo cenário é criado - com sujeitos, identidades e características diferentes - tornando-se um grande desafio teórico para as Ciências Sociais como um todo. Ao afirmarmos que a cidade é característica fundamental da modernidade não queremos dizer que estas não existiam na época pré-industrial e pré-capitalista, mas que tinham um caráter diferente do que têm hoje. Além disso, é importante lembrar que as cidades, mesmo as da atualidade, variam de uma para outra, podendo uma ser definida pelo seu grau de industrialização e outra pelo seu comércio, por exemplo.

As grandes cidades são palco de uma realidade complexa e múltipla em todos os sentidos, como culturais e sociais, e estão em constante transformação. Esta multiplicidade pode se expressar nos traços pessoais, nas ocupações, na vida cultural e nas ideias dos habitantes da comunidade urbana, podendo resultar em separações espaciais dos indivíduos de acordo com essas características (WIRTH in VELHO 1973, p. 99). Além disso, elas exercem influência imensa sobre a vida social do homem,

“pois a cidade não somente é, em graus sempre crescentes, a moradia e o local de trabalho do homem moderno, como é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural que atraiu as localidades mais remotas do mundo para dentro de sua órbita e interligou as diversas áreas, os diversos povos e as diversas atividades num universo.” (WIRTH, in VELHO 1973, p. 91).

Ao falar sobre a atração de localidades distantes para dentro da cidade, Wirth aborda a questão da migração, cada vez mais crescente, do campo para a cidade, sendo esta uma das mais significativas transformações da era moderna. Para aqueles que migram da zona rural para a área urbana, “a cidade é encarada como um espaço de liberdade e possibilidades, na medida em que o emprego regular é visualizado como uma segurança e independência, inexistentes no campo.” (OLIVEN, 2007, p. 36). Quando este autor se refere à interligação de diversas áreas, podemos interpretar que ele está se referindo ao que geralmente se denomina

de “cidade mundial ou global”, que são cidades que ocupam um papel central na economia mundial, tornando as cidades ao redor dela altamente independentes.

Autores clássicos das Ciências Sociais já abordavam a questão da cidade, analisando as transformações da cidade medieval sob as injunções da Revolução Industrial. São exemplos desses autores: Durkhéim, Tonnies, Simmel e Weber. É bastante comum em alguns autores, assim como na mídia em geral, uma visão pessimista em relação às cidades, destacando quase sempre os problemas urbanos enfrentados por ela, como a “deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a conseqüente privatização da vida coletiva, segregação, evitação de contatos, confinamento em ambientes e redes sociais restritos, situações de violência, etc.” (MAGNANI, 2002, p. 12).

Nos famosos textos de Park¹ e Wirth² essas perspectivas negativas sobre a cidade ficam bem claras. Park chega inclusive a afirmar que o meio urbano intensifica os efeitos de crises, e por crise ele se refere a distúrbios de hábitos (PARK in VELHO, 1973, p. 50). A característica mais perturbadora do meio urbano para estes autores é a substituição das relações primárias pelas secundárias, pois ela afeta princípios fundamentais para se viver em sociedade. Com o enfraquecimento dos grupos primários a ordem moral que repousava sobre os indivíduos dissolve-se gradativamente, e as instituições responsáveis por essa ordem moral (como a igreja, a escola, a família e a vizinhança) perdem seu valor. Desta forma, a solidariedade social fica inexistente dentro desta comunidade, o que é muito prejudicial, de acordo com eles.

A escolha da cidade como objeto de pesquisa, no caso da Antropologia, foi algo relativamente recente. A Antropologia surge em seus primórdios como uma ciência que busca compreender sociedades simples, isto é, colônias, grupos indígenas e rurais, minorias sociais e etc. No entanto, as transformações históricas e sociais descritas anteriormente acabam por atingir também essas sociedades, transformando as colônias em estados-nação, colocando os índios e as populações rurais em contato com o “progresso” urbano, e as minorias sociais expostas à cultura dominante, por exemplo. Esta realidade, então, força a Antropologia a se renovar e a buscar novos objetos de pesquisa, que seriam as sociedades ditas complexas, visto que elas eram no momento foco de transformações importantes e que seria fundamental

¹ “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

² “O urbanismo como modo de vida” in VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

compreender essa realidade, assim como a das sociedades simples. Muitos antropólogos nessa época, inclusive, chegaram a pensar que a Antropologia estava próxima do fim, visto que o seu objeto de pesquisa era cada vez mais escasso.

Então, a Antropologia passa a focar e observar os acontecimentos corriqueiros e cotidianos, buscando entender como os indivíduos vivenciam e reelaboram esses acontecimentos, propiciando um entendimento grandioso em relação à dinâmica das sociedades complexas, onde a cidade é o lócus fundamental. O antropólogo, neste tipo de pesquisa, estará de frente para a sua própria cultura e seu local de vivência, mas isso não significa que novas questões ou determinadas atitudes “exóticas” a ele não estejam presentes, visto que a cidade é um território, como já foi dito anteriormente, de uma multiplicidade enorme. E caso ele se depare com um contexto familiar diverso ao seu, será importante questionar pressupostos e valores que são considerados inquestionáveis por ele e por aqueles que partilham daquela cultura, visto que é algo naturalizado por eles.

“Este ajuste de foco – graças ao qual não se necessita ir muito longe para encontrar o “outro” – terminou revelando uma realidade que aparentemente nada fica a dever ao exotismo que tanto espantava os europeus em contato com os povos “primitivos”: basta uma caminhada pelos grandes centros urbanos e logo entra-se em contato com uma imensa diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, crenças, valores.” (MAGNANI, 1996c, p. 3).

Apesar de tratar de objetos totalmente diferentes, a Antropologia Urbana também priorizou por escolher o mesmo método de pesquisa utilizado pelos antropólogos que estudam sociedades “simples”: a observação participante e a etnografia. Esta metodologia torna-se fundamental para a linha de pesquisa urbana da Antropologia visto que os aspectos cotidianos e micro-sociais do complexo urbano só poderão ser apreendidos a partir da relação direta com os habitantes e com os fenômenos que compõem este cenário. A estratégia utilizada é dar atenção a dois aspectos que fazem parte do objeto: de um lado, os próprios atores sociais e suas práticas e, de outro, o local em que essas práticas se desenvolvem. Para esta linha de pesquisa, a paisagem urbana é parte constitutiva da ação dos indivíduos, e por este motivo deve ser levada em conta.

“Portanto, aqueles dois planos a que se fez alusão anteriormente – o da cidade em seu conjunto e o de cada prática cultural assignada a este ou àquele grupo de atores em particular – devem ser considerados como dois

polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando.” (MAGNANI, 2002, p. 20).

O resultado das etnografias urbanas é um arranjo de dados e informações sobre o objeto de pesquisa, que foram percebidos dentro do campo, mas que estavam dispersos e fragmentados, sendo necessário a interpretação e os *insights* advindos do antropólogo para que a compreensão dessa sociedade fosse possível. O que o antropólogo faz é apreender os significados nativos e descrever a partir dos seus próprios termos. Por este motivo, podemos afirmar que a etnografia carrega, então, a marca tanto dos nativos quanto do pesquisador, partindo do primeiro ator (nativo) e concluindo no segundo (antropólogo).

A maioria das pesquisas sobre a cidade tem um enfoque na questão macroestrutural, isto é, das instituições e da estrutura que compõe a cidade; os indivíduos que a habitam são interpretados como agentes passivos deste cenário, que nesta visão é um local desprovido de atividades, sociabilidades e ações individuais. O que a Antropologia faz é dar voz a esses moradores e mostrar uma parte da cidade que não é visível para a maioria destes estudos na área das Ciências Sociais e áreas afins. No Brasil, essa escolha por um enfoque micro-social da questão urbana fez com que os antropólogos do país definissem a Antropologia que praticam como uma Antropologia *na* cidade e não *da* cidade. A Antropologia da cidade seria mais similar à Sociologia Urbana, isto é, são estudos que pensam a cidade como uma totalidade; já a Antropologia na cidade “são pesquisas em pequena escala, mostrando em termos gerais a dinâmica da vida urbana e da vida cotidiana” (MENDOZA, 2000, p.222). Nas palavras de Eunice Durham (1986:19 apud MENDOZA, 2000, p. 189),

“E, desde o começo, trata-se menos de uma antropologia da cidade do que uma antropologia na cidade. Isto é, não se desenvolveu no Brasil uma Antropologia Urbana propriamente, nos moldes em que foi iniciada pela Escola de Chicago, uma tentativa de compreender o fenômeno urbano em si mesmo. Ao contrário, trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia. A cidade é portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto...”.

No entanto, ao escolher essa visão micro, os antropólogos urbanos do Brasil não deixam de manter um vínculo de seu objeto com as dimensões da dinâmica urbana e da cidade como um todo, pois estes constituem parte da explicação e do contexto em que o objeto de pesquisa está inserido. Magnani (1996c, p. 25) explica muito bem essa relação:

“O que caracteriza o fazer etnográfico no contexto da cidade é o duplo movimento de mergulhar no particular para depois emergir e estabelecer comparações com outras experiências e estilos de vida – semelhantes, diferentes, complementares, conflitantes – no âmbito das instituições urbanas, marcadas por processos que transcendem os níveis local e nacional.”

Concluimos a partir do que foi exposto que a Antropologia Urbana foi fundamental dentro da disciplina para dar voz a agentes que estavam esquecidos tanto pela própria Antropologia quanto por aquelas linhas de pesquisa que enfocam o contexto urbano em sua visão macro-social. A cidade surge como um local de pesquisa dotado de variadas manifestações culturais tão interessantes quanto às das sociedades simples, e que é papel dos cientistas sociais compreender esta realidade, visto que ela passa cada vez mais a ser o cenário fundamental dos indivíduos na modernidade.

CAPÍTULO 2 – ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

Para compreender a história da Antropologia Urbana no Brasil fez-se necessário uma breve revisão histórica da disciplina de Antropologia como um todo no país, porque desta forma é possível perceber a pouca influência que a Antropologia Urbana teve até os anos 60 e como a Etnologia indígena predominou como tema de estudo antropológico até esta data, deixando pouco espaço para as pesquisas de contexto urbano. Dividirei a história da Antropologia no Brasil em três momentos, inspirada no texto de Mellati (1983) intitulado “A Antropologia no Brasil: um roteiro”: até os anos 30, dos anos 30 aos 60 e a partir dos anos 60. Antes de começar a tratar destes três períodos é importante salientar o papel que os cronistas tiveram dentro da Antropologia brasileira, muito antes desta disciplina se institucionalizar. Os cronistas são aqueles autores que não são cientistas sociais, mas que deixaram relatos de suas experiências e observações com a população de determinados locais ou regiões do Brasil. O número de cronistas começa a aumentar com a chegada da Família Real no país, e a maior parte deles eram navegadores, diplomatas, missionários ou naturalistas.

Antes dos anos 30 ainda não havia formação acadêmica de Antropologia no Brasil, e inclusive na Europa esta se definia como um ramo novo das ciências. Ainda assim, alguns estudiosos brasileiros, de formação diversa (como médicos, juristas, engenheiros, militares e etc), contribuíram sobremaneira para as pesquisas antropológicas.

“Esses pesquisadores, quase todos autodidatas em Antropologia, a par de seus levantamentos a respeito de índios, negros, sertanejos, mostravam na maior parte dos casos um certo interesse no destino das populações que estudavam e seu lugar na formação do povo brasileiro, cujo futuro era objeto de suas preocupações.” (MELLATI, 1983, p. 5).

Entre estes pesquisadores, podemos destacar Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e Nina Rodrigues. A maior parte deles utiliza-se de teorias de determinismo geográfico (onde as condições espaciais influenciariam as características pessoais) e biológico (características genéticas, como a raça, determinando a personalidade), razão pela qual são muitas vezes criticados. Acreditam na existência de sociedades superiores e inferiores e que a mestiçagem brasileira seria um mal para o país. No entanto, é importante levar em conta o período em que eles viveram e entender que determinados pensamentos pré-conceituosos estavam enraizados na sociedade (brasileira, inclusive) da época. Roquette Pinto era o único

que não via a miscigenação como uma ameaça, pois tentava encontrar o melhor de cada povo para promover o desenvolvimento do Brasil. Para ele, a educação era mais importante do que a eliminação de uma raça.

O segundo período da Antropologia no Brasil, dos anos 30 aos 60, ficou marcado pelas primeiras iniciativas de profissionalização dos antropólogos no país assim como de institucionalização da Antropologia como um ramo importante das Ciências Sociais. Em 1934 é criada na USP (Universidade de São Paulo) a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Brasil, com grandes nomes compondo sua grade docente na época, como Roger Bastide, Emílio Willems e Lévi-Strauss. No mesmo ano é criada a Escola de Sociologia e Política, também na cidade de São Paulo, tendo Hebert Baldus e Donald Pierson como uns dos professores. Mellati (1983, p. 11) afirma que “sem dúvida foi em São Paulo, pelo número de professores, pelo número de alunos e pelo espírito de renovação, o principal foco de irradiação da Etnologia nesse período”. Fora da Academia também foram criados grupos de pesquisadores, como por exemplo, a Sociedade de Etnografia e Folclore em 1937 e a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia em 1941.

Outro fato importante para o desenvolvimento da Antropologia neste período foi a criação da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) em 1955, durante a Segunda Reunião Brasileira de Antropologia. Nesta Reunião houve “um esforço de colaboração, entre os participantes, para o progresso dos estudos antropológicos e para a criação de uma consciência profissional entre os antropologistas brasileiros.” (Anais, 1957 apud CORREA, 1988a, p. 6). A criação da ABA tinha como objetivo propiciar reuniões periódicas dedicadas à troca de experiências, informações e o próprio convívio entre os associados. A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar a ABA, e sua primeira diretoria foi composta por residentes desta cidade. Durante os anos 50 a cidade do Rio de Janeiro passa a ter um papel preponderante do desenvolvimento da Antropologia: sediou a Primeira Reunião Brasileira de Antropologia, fundou-se o Museu do Índio por Darcy Ribeiro - e a organização nesse Museu do “Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural” pelo mesmo Darcy -, e a criação de entidades federais de fomento à pesquisa e ao ensino, como o CNPQ e a CAPES (MELLATI, 1983, p. 132). A partir dos anos 80 a ABA passa a ter uma atuação mais ampla na sociedade brasileira, extrapolando os limites da região sudeste, assim como os limites de atuação acadêmica, uma vez que utiliza o conhecimento científico acerca das comunidades indígenas para mobilizar e defender os interesses dos mesmos.

“A grande mudança ocorre no exercício da Presidência, transformando a ABA de uma entidade exclusivamente voltada para suas reuniões bienais (únicos momentos em que efetivamente a ABA atuava) para um órgão de intensa participação política (ainda que não partidária), devotado simultaneamente aos seus compromissos culturais e à participação política na sociedade civil mobilizada em defesa da democracia” (OLIVEIRA, 1988b, p. 136).

A partir da década de 30, a influência da sociedade norte-americana no Brasil se faz presente em diversos aspectos, em virtude da consolidação da hegemonia política e econômica desta na América Latina. A Antropologia se vê beneficiada neste momento pela vinda de muitos antropólogos norte-americanos para o país, como Ruth Landes, Charles Wagley e Donald Pierson. A presença deles fez com que a influência teórica e metodológica norte-americana se tornasse dominante na Antropologia até meados da década de 60. Em relação aos objetos de pesquisa da época podemos dizer que a Antropologia “sempre primorou por definir-se em função de seu objeto, concretamente definido como índios, negros ou brancos, estes últimos vistos enquanto grupos étnicos minoritários ou segmentos desprivilegiados da sociedade nacional” (OLIVEIRA, 1988b, p. 111). No entanto, é sabido que os assuntos indígenas predominavam a Antropologia na época, tornando-se a marca fundamental da disciplina.

Entre as décadas de 30 e 40, autores que já haviam iniciado suas pesquisas em décadas anteriores começam a se tornar mais influentes, como é o caso de Oliveira Viana, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. São autores que se propõem à interpretação da sociedade brasileira em revisão à ideia de um país fadado ao fracasso em virtude de sua miscigenação, que tendo já publicado obras substanciais³ a este respeito, se tornam grandes “intérpretes do Brasil”. Os três nomes citados têm em comum o fato de se preocuparem com a sociedade brasileira como um todo, abordando essa questão a partir de diferentes focos. Em suas obras Oliveira Viana questiona o sistema político utilizado pelo Brasil e defende sua reestruturação, pois estes modelos institucionais foram importados de outros países e por este motivo não condizem com a realidade social e cultural da população brasileira. Já Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda abordam o processo de formação sociocultural da sociedade brasileira. Freyre tem em vista a relação aristocracia/escravos e aborda a

³ “Populações Meridionais do Brasil” (1987c) publicado pela primeira vez em 1920, “Raízes do Brasil” (1969) publicado em 1936 e “Sobrados e Mucambos” (1951) publicado originalmente em 1936.

miscigenação entre brancos, negros e índios, enquanto Sérgio Buarque destaca o legado cultural que a colonização portuguesa deixou no Brasil.

Os estudos de mudança social, cultural ou aculturação também tem início nos anos 30 e se prolonga por todo este segundo período da Antropologia no Brasil, mas sofrendo modificações ao longo dos anos. Estes estudos tornaram-se a marca fundamental desta época (anos 30) e “tiveram por objeto tanto a população negra, como os grupos indígenas, bem como imigrantes europeus e asiáticos e seus descendentes e ainda a população de áreas de povoamento antigo e economicamente estagnadas” (MELLATI, 1983, p. 13). Em relação aos estudos da população negra, estes procuravam estudar os vestígios das culturas africanas que continuavam a sobreviver aqui no Brasil, apesar da perda de contato com a origem e do conflito com as crenças e valores da classe dominante. Os cientistas que se incluem nessa linha de pesquisa são Roger Bastide, Edson Carneiro, Nunes Pereira, Ruth Landes e Artur Ramos.

No que tange aos estudos de aculturação entre índios e brancos, a década de 40 é marcada pelos estudos de Charles Wagley, Eduardo Galvão e Egon Schaden. Apesar destes autores e suas investigações se caracterizarem pela matriz funcionalista de explicação da realidade, demorou-se a estabelecer nessas pesquisas o longo e intensivo trabalho de campo que posteriormente seria sua marca registrada. A maioria dos pesquisadores costumava fazer visitas curtas ao campo de pesquisa ou não se aprofundavam em uma determinada tribo, o que deixava os trabalhos um tanto quanto inferiores em termos teóricos e metodológicos. Os limites desta postura logo vêm à tona:

“No final dos anos 50, alguns pesquisadores brasileiros, como Eduardo Galvão, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira, começam a repensar a orientação que vinha sendo tomada nos estudos de aculturação, sem, porém, abandonar o use desse termo. É o tempo em que Darcy Ribeiro chama a atenção para a importância das frentes de expansão, do caráter econômico das mesmas e descola o interesse das culturas indígenas para o destino das sociedades que as mantêm e de seus membros.” (MELLATI, 1983, p. 14).

Sobre os trabalhos de contato interétnico de imigrantes, apesar de já haver vários deles antes de 1940, só depois disso que surgem pesquisas de caráter propriamente científico. Dentre elas podemos destacar as de Emílio Whillems sobre os alemães, Ruth Cardoso sobre os japoneses, Thales de Azevedo e Eunice Durham, ambos sobre italianos. Alguns trabalhos

sobre aculturação de imigrantes tomaram a forma de estudos de comunidade, que ocuparam papel preponderante na produção científica nas Ciências Sociais das décadas de 40 e 50 e que se prolongaram até a década de 70. Através da realização de pesquisas em pequenas cidades e comunidades espalhadas ao longo do território nacional, estes estudos se caracterizavam pela abordagem qualitativa, utilizando-se da observação direta, técnica tradicionalmente utilizada pelos antropólogos na investigação de sociedades tribais. Com esses estudos de comunidade,

“Pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros.” (MELLATI, 1983, p. 18).

Apesar de ter se tornado uma marca desse período e de vários antropólogos importantes no Brasil terem se utilizado desse tipo de pesquisa, como Emílio Willems, Oracy Nogueira, Donald Pierson e Antônio Cândido, os estudos de comunidade sofrem grandes críticas por parte de pesquisadores, particularmente advindas do campo de reflexão marxista, sob influência de Florestan Fernandes, principalmente por não relações entre a comunidade estudada e a sociedade mais ampla, tornando-o algo isolado, e também por não utilizarem de documentação histórica para comporem seus trabalhos.

Outro tema que se destaca no campo das investigações antropológicas, entre as décadas de 40 e 50, é a relação entre negros e brancos, analisadas sob uma perspectiva diversa da ideia de aculturação e a identificação de possíveis rastros da cultura africana que ainda exerciam influência sobre o negro no Brasil. O foco das análises se concentra na interação entre estes dois grupos, brancos e negros, na vida cotidiana, na existência do preconceito racial no Brasil e as conseqüentes barreiras sociais à ascensão social entre os negros. Exemplos desta linha são as obras “Branco e Pretos na Bahia” (1942) de Donald Pierson, “As elites de cor” (1996a) de Thales Azevedo e “Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo” (1955), artigo este escrito em parceria entre Roger Bastide e Florestan Fernandes. Posteriormente, já na década de 60 e com um viés mais sociológico, as reflexões sobre os negros procuram evidenciar as conexões existentes entre as relações raciais na sociedade brasileira de então e o sistema escravocrata fundamentado na ideologia racial. Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso foram os mais importantes pesquisadores desta segunda geração, e escreveram diversas obras sobre o assunto. Florestan Fernandes também permaneceu como

pesquisador influente nesta segunda geração, escrevendo, por exemplo, o artigo “A integração do negro na sociedade de classes” (1978a) em 1964.

Ainda tratando sobre o período entre 1930 a 1960, a análise das produções acadêmicas da época demonstra, de acordo com Mellati (1983) mudanças na forma de se pensar as manifestações folclóricas, superando-se a abordagem difusionista que na maioria das vezes se limitava a localizar a origem de certos costumes, ritos e mitos, para uma análise funcionalista, procurando entender a persistência e a mudança social dos costumes analisados. Apesar desta mudança na perspectiva teórica dever-se mais à participação dos sociólogos do que antropólogos, vale destacar a investigação das manifestações folclóricas, pois procuram seguir as técnicas de investigação tradicionais na Antropologia, como o contato com informantes e a observação participante.

Podemos resumir este segundo período através da fala de Mariza Corrêa (1988a, p. 12), que afirma:

“O que parece claro para o período dos anos 30 aos anos 60 é que, se houve uma profissionalização crescente dos antropólogos no Brasil, ela se expressou na sua aglutinação em torno de uma identidade profissional comum, definida através da ABA e, se houve uma especialização crescente da disciplina no âmbito das Ciências Sociais, ela se expressou pela ênfase dada aos assuntos indígenas, na pesquisa tanto quanto na política de parte dos antropólogos do tema.”

Falaremos agora sobre o terceiro e último período da Antropologia brasileira descrito por Mellati: os estudos que aconteceram após a década de 60. Nesta época percebe-se que muitas das iniciativas dos anos anteriores amadureceram e a Antropologia conseguiu se firmar como uma ciência fundamental no âmbito humanístico, crescendo cada vez mais o número de etnólogos devido à criação de importantes cursos de pós-graduação no Brasil, como da UNICAMP em 1971 e da UNB em 1972. Vale destacar a criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 1968 e de sua posição de destaque no fomento e difusão da pesquisa antropológica neste período. De fato, a capital carioca já havia começado a se destacar como novo centro de atividade etnológica na década de 50 – com a criação do Museu do Índio, por exemplo – e a criação deste programa representou os resultados destes esforços.

Sobre as orientações teóricas deste período, elas também se modificaram em relação ao período anterior e passaram a priorizar a perspectiva estruturalista em detrimento do funcionalismo. Além disso, certos temas de pesquisa perderam interesse, como os estudos de comunidade, sendo substituídos por pesquisas de caráter mais regional, dedicados às temáticas envolvendo o campesinato, os assalariados rurais, as frentes de expansão e os trabalhadores urbanos (MELLATI, 1983, p. 22).

Outra mudança notada neste período se deve às pesquisas de aculturação entre brancos e índios, isto é, nas modificações culturais sofridas por este último grupo em contato com a sociedade nacional. Nos anos 70, porém, o foco das preocupações com o contato reside menos na questão da perda de traços originais do que na questão do conflito de interesses e valores existentes entre essas duas sociedades, ou seja, da perspectiva da aculturação passa-se para a noção de fricção interétnica. Roberto Cardoso de Oliveira é um dos antropólogos que trabalha com essa questão, publicando algumas obras sobre o assunto como “Identidade, etnia e estrutura social” (1976b). Surge então o espaço de discussão sobre o papel do antropólogo na sociedade brasileira, na medida em que esta nova abordagem, sob forte influência da antropologia francesa marxista inspira nos pesquisadores o sentimento de militância a favor dos índios. Investidos no dever de defender e colaborar para que os direitos indígenas fossem mantidos estes pesquisadores passaram a defender a proposta de uma Antropologia denominada Antropologia da Ação. Estes pesquisadores procuraram atender às necessidades indígenas e buscar soluções para seus principais problemas, “como demarcação de terras, assistência médica, instrução, administração direta pelos índios de sua produção para mercado e outros.” (MELLATI, 1983, p. 24).

Além dessa linha de pesquisa indígena, nesse período ganhou impulso os estudos sobre a estrutura social das sociedades indígenas, em que os pesquisadores buscaram respaldo teórico no estruturalismo sob influência de David Melbory-Lewis com o Projeto Harvard-Brasil Central que estabelecia parceria entre a Universidade de Harvard e o PPGAS do Museu Nacional. Nestes estudos “há um esforço no sentido de captar os modelos nativos, a fim de também submetê-los à interpretação geral do pesquisador” (MELLATI, 1983, p. 26), envolvendo pesquisadores como Roque Laraia, Júlio Cesar Mellati e Roberto DaMatta. Os mitos e ritos indígenas se destacam como objeto de estudo, e incitam os pesquisadores a novos recortes investigativos sobre as sociedades indígenas no Brasil. A abordagem estruturalista traz novas inspirações, ultrapassando o âmbito das sociedades tribais, como é o caso de Roberto da Matta que toma os ritos como uma porta de entrada para o conhecimento

da sociedade brasileira na obra “Carnavais, malandros e heróis” (1981) publicada pela primeira vez no final da década de 70.

No entanto, muito mais importante para nós do que estes estudos, neste momento, é o fato de que após os anos 60 a Antropologia Urbana começa a ganhar espaço no Brasil, tornando-se hoje uma linha de pesquisa importante, com muitos trabalhos e pesquisadores na área reconhecidos e fundamentais para compor a história da Antropologia como um todo. A linha histórica da Antropologia Urbana, suas influências teóricas e o reconhecimento da cidade e dos grupos urbanos como objetos importantes de investigação são temas do próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: ANTROPOLOGIA E AS CIDADES

Depois de introduzir a questão da cidade como objeto de pesquisa e fazer uma breve revisão do desenvolvimento da disciplina antropológica no Brasil, apresento agora o último e o que poderia ser considerado o mais importante capítulo desta Monografia, pois trata fundamentalmente do objetivo geral desta pesquisa, que é fazer uma perspectiva história da Antropologia Urbana no Brasil. Inicio-o com as Escolas que foram grande inspiração para esta linha de pesquisa, a Escola de Chicago e a Escola de Manchester. Depois disso, apresento a cronologia histórica, por assim dizer, da Antropologia Urbana no Brasil, mostrando como se deu seu início e seu desenvolvimento ao longo dos anos, os principais expoentes no país e algumas pesquisas que se tornaram referência na área.

3.1 – INFLUÊNCIAS TEÓRICAS

Adiante, apresento as Escolas pioneiras no estudo das cidades e que formam o conjunto teórico e metodológico de influência para o desenvolvimento da Antropologia Urbana como um todo, fazendo-se sentir também dentro do Brasil.

3.1.1 – ESCOLA DE CHICAGO

A Escola de Chicago representa um grupo de pesquisadores e professores do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago entre o final do século XIX e princípio do século XX, e se constitui como a principal influência para os posteriores estudos na área da Antropologia Urbana. Uma das marcas da Escola de Chicago é a heterogeneidade de influências teóricas, metodológicas e temas de pesquisa, que a diferencia do que se entenderia tradicionalmente como uma “escola”. Howard Becker (1996b, p. 179), usando dos conceitos de Samuel Guillemand, define a Escola de Chicago como uma escola de atividade e não de pensamento, pois “consiste em um grupo de pessoas que trabalham em conjunto, não sendo necessário que os membros da escola de atividade compartilhem a mesma teoria; eles apenas têm de estar dispostos a trabalhar juntos”.

No fim do século XIX a cidade de Chicago estava passando por grandes transformações, tornando-se um local cada vez mais urbano e com um número vertiginoso de habitantes, devido em grande parte à vinda de imigrantes dos mais variados locais. Como era de se esperar, a estrutura da cidade não deu conta desse crescimento e diversos problemas sociais começam a surgir nesse cenário, como prostituição, violência, falta de moradia e etc. Os membros da Escola de Chicago resolvem, então, aprofundar nessas mudanças

presenciadas por eles a partir do viés sociológico/antropológico visando sua reparação. Além disso, e ainda mais importante, perceberam que esta era uma oportunidade para analisar se essa população tão heterogênea, sem tradições arraigadas e marcada pela impessoalidade e anonimato conseguiria chegar a um consenso social ou se tornaria uma sociedade em total estado de anomia.

É a partir desse quadro de grande imigração que a Escola de Chicago cria o conceito de Ecologia Humana, que seria uma de suas teorias fundamentais. “Inspirando-se na ecologia animal e vegetal ela se interroga sobre as condições e consequências da coabitação de populações tão diferentes em um mesmo território.” (JOSEPH, in VALLADARES, 2005b, p. 103). Trata-se de estudar a relação entre populações heterogêneas em um mesmo local, ou seja, como eles se relacionam com o espaço e competem entre si para obtê-lo. Na visão desses pesquisadores, a adaptação e a cooperação dos grupos encontra recursos no espaço físico, dotando-o de significado, por isso a importância de estudá-los de forma sensível, para a compreensão do sentido e pertinência do modo como os cidadãos vão usá-los.

O espaço físico é espelho da estrutura social e assim podemos saber a desigualdade existente entre as populações, retratando a distância espacial entre elas. “Através dos tempos, todo setor e quarteirão da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes.” (PARK in VELHO, 1973, p. 30). O modelo dos círculos concêntricos, desenvolvido por Homer Hoytt sob a influência dos pesquisadores da Universidade de Chicago, consiste na tentativa de diagramação das relações estabelecidas entre estrutura social e distribuição espacial: a divisão da cidade em uma sucessão de zonas espaciais, uma ao redor da outra, em que quanto mais longe do centro se encontra, maior seria a posição e o prestígio social daqueles que a ocupam. Preocupados com a questão da integração destes novos atores na sociedade norte-americana, no caso em particular, os migrantes que chegavam nesta cidade, estes pesquisadores procuravam identificar os dilemas enfrentados pelo “homem marginal”, que de acordo com Park seria aquele indivíduo que se instala em uma comunidade mas que permanece exterior e à margem dela, não conseguindo a integração completa. Assim, ele se tornaria um híbrido cultural, isto é, entre duas culturas onde nenhuma delas o aceitaria plenamente (VALLADARES, 2010, p. 40).

Podemos concluir então que dentro dessa grande variedade de teorias existe um ponto em comum entre os pesquisadores e que definiu a marca dos estudos da Escola de Chicago: as pesquisas no contexto urbano. É justamente a delimitação dessa área de estudo conjugada

com a metodologia utilizada, a observação participante, que fizeram desta Escola uma referência fundamental para a Antropologia Urbana. Fundamentalmente, os pesquisadores de Chicago tinham a preocupação de conhecer a realidade urbana na sua essência, e fizeram da observação participante um requisito essencial para um bom trabalho sociológico/antropológico. Nas palavras de Edgar Mendoza (2000, p. 121),

“Considero que o aspecto mais rico da Escola de Chicago foram as pesquisas etnográficas urbanas feitas com um modelo de pesquisa tanto qualitativa quanto quantitativa, com trabalho de campo, observação participante, métodos de história de vida, documentos pessoais, surveys, mapas e estatísticas.”

A existência de um departamento único entre Sociologia e Antropologia fez com que as pesquisas mesclassem metodologias das duas áreas, como ficou bem claro na fala de Mendoza. Os estudos relacionavam a ordem microestrutural, que se refere aos estudos de caso (de caráter mais antropológico), à ordem social (aspectos macroinstitucionais de caráter mais sociológico). A Antropologia começa a ganhar destaque como uma disciplina independente a partir da grandiosidade que alcança os estudos de Redfield, que desde sua matrícula em Chicago em 1924 se define como antropólogo, apesar da grande contribuição intelectual de Park em sua formação. “No ano acadêmico de 1923-1924, havia certamente sinais evidentes nos Quadriláteros de que Chicago viria a ser um lugar agitado e oportuno para um tardio, mas ambicioso, aspirante ao papel de empresário antropológico.” (STOCKING JR. in PEIXOTO, PONTES & SCHWARCZ, 2004, p. 24), e de fato foi. Juntamente com Columbia, Harvard e Berkeley, Chicago se tornou um dos principais centros de ensino de pós-graduação em Antropologia, e isso se deve à chegada de antropólogos de renome para compor a grade docente da Universidade, como o já citado Redfield, Sapir em 1925, Radcliffe-Brown em 1931, entre outros. Existia uma relação constante e importante (que nem sempre era harmoniosa) entre o Departamento de Chicago com a antropologia de Columbia, com Franz Boas, Margareth Mead e Ruth Benedict. Contudo, a separação formal entre o Departamento de Sociologia e Antropologia só foi acontecer em 1929 (37 anos após a criação da Universidade de Chicago), o que não desfez a ligação entre as duas áreas,

A partir da bibliografia lida, percebe-se entre os autores diferentes divisões em relação às gerações existentes dentro da Escola de Chicago. No entanto, gostaria de propor - baseada nas obras de Valladares (2005b), Becker (1996b) e Mendoza (2000) - três grupos de pesquisadores dentro desta corrente de pensamento, divididos entre autores contemporâneos

entre si que se tornaram referência quando se fala em Chicago. O primeiro grupo é composto por William Thomas, George Herbert Mead, Ernest Burgess e Robert Park, que foram os primeiros pesquisadores da Escola de Chicago a alcançarem um reconhecimento maior. O Departamento de Sociologia e Antropologia de Chicago cresceu sob a direção de Thomas, além de ser o responsável por inaugurar o método dos relatos de vida e a análise de documentos pessoais (JOSEPH in VALLADARES, 2005b, p. 115). Já Mead teve sua influência dentro da Escola na vertente da psicologia social. Park e Burgess escreveram juntos a obra célebre “Introduction to the Science of Sociology” (1921), e se tornaram dois dos mais importantes teóricos da Escola de Chicago.

Park merece destaque ainda maior pela influência que teve sob quase todos os pesquisadores da Escola de Chicago e por ter sido um dos primeiros a pensar a cidade como um campo de investigação rico e importante para as Ciências Sociais. Ele acreditava ser fundamental dar atenção a esse espaço de investigação, pois “hoje, o mundo inteiro ou vive na cidade ou está a caminho da cidade; então, se estudarmos as cidades, poderemos compreender o que se passa no mundo” (PARK apud BECKER, 1996b, p. 180). Park ainda chama os antropólogos para esse campo e defende que os mesmos métodos de observação utilizados no estudo da vida e dos costumes dos índios devem ser empregados na investigação dos costumes, crenças e práticas sociais em grupos urbanos.

Mendoza (2000, p.26) sustenta que “de certa forma, enquanto Malinowski estava estudando os Trobriandeses, Park estava estudando Chicago: são contemporâneos”. Tanto que o texto de Park intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” data de 1916, enquanto Malinowski escreve “Os Argonautas do Pacífico Ocidental” (1976a) em 1922. Neste artigo Park instiga sociólogos e antropólogos a estudarem a cidade, e sugere quatro linhas de investigação que compõe esse contexto urbano. A primeira delas é denominada por ele como “Planta da cidade e a organização local” e fala sobre a relação entre espaço físico e ordem social, segregação espacial, relação entre vizinhanças urbanas e etc, que são os temas de investigação da Ecologia Humana. A segunda, “Organização industrial e ordem moral”, fala sobre como a cidade tornou-se um local fundamentalmente organizado pelo comércio e pela economia, baseada na divisão do trabalho. A outra linha é das “Relações secundárias e controle” e aborda a questão da substituição das relações primárias pelas secundárias pelos indivíduos que vivem no contexto urbano. No último tema, “O Temperamento e o Meio Urbano”, é desenvolvido o conceito criado por ele próprio de “regiões morais”, e que se refere a regiões específicas da cidade

onde pessoas com gostos determinados, que geralmente sofrem restrições por parte da sociedade urbana, se encontram.

A segunda geração é formada pelos alunos desses primeiros pesquisadores, e são eles: Herbert Blumer, Everett Hughes, Robert Redfield, William Foote Whyte e Louis Wirth. Blumer foi o aluno mais importante de George Herbert Mead⁴, dando continuidade à linha da psicologia social, enquanto Hughes “desenvolveu as concepções de Park a respeito das profissões” (BECKER, 1996b, p. 183), que é um tema que se torna grandioso dentro do meio urbano com a proliferação de diferentes ofícios. Em relação à Redfield, Foote White e Wirth, os três alcançaram grande prestígio e renome, sendo lembrados como grandes expoentes e pesquisadores da Escola de Chicago. Para Frúgoli Jr (2005a, p. 136), por exemplo, a noção de cultura urbana formulada pela Escola de Chicago deve ser creditada a Park, Wirth e Redfield, principalmente. Park “concebeu a cidade como um campo de investigações da vida social, influenciando várias pesquisas da época”, Wirth criou o conceito de urbanismo como modo de vida que se tornaria fundamental na teoria da Escola, e as pesquisas de Redfield originaram os estudos de comunidade.

Foote-White escreveu em 1943 uma das obras mais célebres na área da sociologia e antropologia urbana até hoje, o livro “Sociedade de Esquina” (2005c), apresentado como tese de doutorado pela Universidade de Chicago sob a orientação de Lloyd Warner e com o apoio de Everett Hughes. Levou ao extremo a noção de observação participante, vivendo durante quatro anos em uma comunidade italiana em Boston, que foi seu objeto de estudo na obra. Em 1926 Redfield deixa Chicago e parte para Tepoztlan, e como fruto dessa experiência lança o livro “Tepoztlan, a Mexican Village: A Study of Folk Life” (1946) abordando o assunto da cultura folk e de sociedades camponesas. Nesse livro ele lança o conceito do *continuum-folk-urbano* que se refere à passagem de uma sociedade não-urbana para uma urbana. Para ele, “qualquer comunidade poderia ser localizada em um ponto determinado do continuum e, dadas certas condições de densificação populacional e aumento de heterogeneidade, qualquer grupo de moveria na direção do pólo urbano” (OLIVEN, 2007, p. 21), e as consequências dessa mudança seriam a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo. Assim como Redfield, autores clássicos das Ciências Sociais também já haviam feito versões da polaridade tradicional/ moderna, como solidariedade mecânica/orgânica (Durkhéim), tradicional/racional (Weber) e comunidade/sociedade (Tonnies). Estes autores procuraram,

⁴ Filósofo americano pertencente à Escola de Chicago, desenvolve suas pesquisas voltadas para a área da Psicologia Social.

cada um por um caminho, “a compreensão das especificidades das sociedades modernas, cujo pano de fundo privilegiado foram as metrópoles industriais, com intensas mudanças no plano urbanístico, populacional [...]” (FRÚGOLI JR., 2005a, p. 136).

Assim como Redfield, Wirth era bastante pessimista em relação à cidade, na verdade, essa é também uma das características da Escola de Chicago como um todo, que se preocupava com a patologia social. Para Wirth a cultura das cidades é caracterizada

“por papéis sociais altamente fragmentados, predominância dos contatos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, afrouxamento dos laços familiares e competição individualista.” (OLIVEN, 2007, p. 18 e 19).

A cidade não é só uma entidade física, ela produz nos indivíduos formas de agir e pensar – que a citação de Oliven exemplifica muito bem - que constituem o que Wirth denominou de “urbanismo como modo de vida”. Esse modo de vida se expressa de forma mais latente nas grandes cidades e depende da existência de três fatores conjuntos: tamanho do agregado populacional, densidade e heterogeneidade. Wirth define a cidade como: “[...] um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos.” (WIRTH in VELHO, 1973, p. 96). Além disso, em “O urbanismo como modo de vida” este autor destaca a relação entre o rural e o urbano: ao contrário do que a grande maioria pensa, são dois mundos que estão em constante interpenetração visto que a maior parte da população urbana advém da rural, por outro lado Wirth enfatiza a hegemonia da cidade na configuração da sociedade moderna onde a influência do urbano ultrapassa os limites da cidade, chegando com facilidade ao campo.

A distância temporal entre essas duas primeiras gerações não é grande (elas ocorreram entre as duas guerras mundiais), e segundo a denominação de Mendoza (2000, p. 121) elas compartilham a idade de ouro da Escola de Chicago, onde a pesquisa sistemática da cidade de Chicago começa a ser feita, fazendo dela a cidade mais pesquisada do mundo até hoje.

A terceira geração, da pós-guerra, tem como autores mais conhecidos Howard Becker e Erving Goffman, que sofreram forte influência teórica da corrente do interacionismo simbólico. O termo “interacionismo simbólico” foi criado por Blumer, no âmbito da Escola

de Chicago, e busca compreender a simbologia por trás das interações entre os indivíduos. A partir dessa abordagem, verifica-se que os indivíduos em uma relação social agem de acordo com uma lógica própria existente neste ato e que é conhecida por ambas as partes, ou seja, há um sentido por trás de cada ação e que varia de acordo com o tipo de relação que está ocorrendo. Nessa perspectiva teórica a ordem macro-social fica em segundo plano, pois não é a estrutura que determina a ação face a face, que só poderia ser captada metodologicamente através da observação participante, como Becker e Goffman fizeram em suas investigações.

Em “A Representação do Eu na Vida Cotidiana” (1985) Goffman aprofunda as ideias do interacionismo simbólico e analisa a interação social que ocorre no dia-a-dia. Desenvolveu também o conceito de instituições totais no livro “Manicômios, prisões e conventos” afirmando que essas instituições controlam ou buscam controlar as interações dos indivíduos submetidos a ela como forma de manter a estabilidade dentro desses locais. Já Becker fez grandes contribuições para a área da sociologia do desvio através de seu livro célebre “Outsiders” (2008), onde utiliza do método da observação participante para ouvir os desviantes, que são seu objeto de pesquisa.

Apesar da tardia separação do Departamento de Antropologia e Sociologia, a Antropologia teve um papel fundamental dentro da Escola de Chicago, principalmente em relação ao uso da metodologia, como observação participante, estudos de caso, entrevistas e etc. “Muitos alunos de Park passavam um bom tempo fazendo pesquisas de natureza quase antropológica em áreas da cidade, abordando certos fenômenos da mesma.” (BECKER, 1996b, p. 182). Verificamos nestas três gerações nomes que seriam posteriormente conhecidos por sua contribuição antropológica, como Redfield e Goffman.

Diferentemente do que ocorreu em outros países, fomos introduzidos na sociologia e na antropologia de Chicago por um de seus representantes: Donald Pierson, que veio para o Brasil para fazer sua tese sobre as relações raciais na Bahia. Depois disso, Pierson permaneceu no Brasil por anos como professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ensinando-nos Chicago e sua prática de pesquisa e incentivando a observação participante e o trabalho de campo. Sua obra “Branços e pretos na Bahia” pode ser considerado o primeiro trabalho com uma influência clara da Escola de Chicago no Brasil, apesar de se definir como uma “[...] pesquisa de relações raciais e não da cidade de Salvador, a sua importância deve-se ao fato que inovou os estudos sociológicos no final da década de 30, principalmente em São Paulo.” (MENDOZA, 2000, p. 134).

Entre 1940 e 1950 a influência da Escola de Chicago em São Paulo se deu em três campos: relações raciais (negros, brancos e imigrantes), estudos de comunidade e estudos na cidade, sendo os estudos de comunidade que obtiveram maior influência. Havia poucos trabalhos realizados nas grandes cidades, inclusive na capital. Dentre esses poucos trabalhos Mendoza (2000, p. 160) destaca oito deles que permitem observar a influência de Chicago nessa época: “Grupos sociais de Guaratinguetá” de Lucila Hermann (1938), “Enquistamentos étnicos” de Oscar Araújo (1940), “Contribuição para uma Sociologia da vizinhança” de Emílio Willems (1941), “Habitações de São Paulo: estudo comparativo” de Donald Pierson (1942), “História natural de uma rua suburbana” de Frederico Heller (1943), “Estudo do desenvolvimento de São Paulo através de uma radial: a estrada do café” de Lucila Hermann (1944), “Subúrbio” de Osvaldo Xidieh (1947) e “Distribuição residencial de operários de um estabelecimento industrial de São Paulo” de Oracy Nogueira (1949).

Já no Rio de Janeiro, a Escola de Chicago passa a ser uma influência teórica e metodológica somente na década de 70, quando os antropólogos do Museu Nacional, liderados por Gilberto Velho, começam a utilizar o interacionismo simbólico em suas pesquisas. Influenciado principalmente por Becker e Goffman, Velho procurou fazer com que seus alunos trabalhassem com universos mais próximos, como a classe média. O Museu Nacional foi o primeiro programa de pós-graduação em antropologia desenvolvida na cidade, inaugurando o que depois viria ser feito pela Unicamp, USP, UnB, a UFRGS e outros que passaram a ser também importantes centros de pesquisa na área.

Falar sobre Sociologia e Antropologia Urbana é lembrar da Escola de Chicago, e isso torna-se notável após essa análise histórica. O pioneirismo no estudo do contexto urbano e a metodologia utilizada fizeram dela uma referência fundamental, e seus membros tornaram-se leitura obrigatória para qualquer interessado na área. No Brasil, essa influência também se fez notar, e pesquisadores importantes como Gilberto Velho e José Guilherme Magnani não deixam de citar a contribuição de diversos autores da Escola em suas produções antropológicas. Obviamente muito se desenvolveu em termos teóricos e metodológicos desde a Escola de Chicago, mas pensar que já em 1916 Park estava alertando os cientistas sociais em relação à importância do estudo da cidade nos deixa impressionados pela originalidade do pensamento e da previsão de que o urbano seria hoje o contexto fundamental da sociedade como um todo.

3.1.2 – ESCOLA DE MANCHESTER

Assim como a Escola de Chicago realizou pesquisas de campo em contextos de transformações sociais aceleradas, no caso as crescentes migrações para a cidade, a Escola de Manchester também o fez e tornou-se outra importante influência teórica e metodológica para a Antropologia Urbana. No entanto, as transformações sociais estudadas por ela foram outras: a emergência de novas nações na era pós-colonial. Esta escolha de objeto foi inovadora para a Antropologia, pois “as questões do dia, sobretudo a independência das antigas colônias britânicas era assunto de conversa, mas não de estudo propriamente dito.” (FRY, 2011a, p. 2).

Todos os membros da Escola de Manchester possuíam uma posição política muito clara contra o colonialismo e o racismo, e isso está relacionado ao fato de que a maioria deles era de origem sul-africana, e também por terem participado do Institute Rhodes Livingstone na antiga Rodésia do Norte (agora Zâmbia). Gluckman, o maior expoente desta Escola, dirigiu este Instituto de 1941 a 1947, quando mudou-se para Oxford para ocupar um cargo docente. Dois anos após sua saída, em 1949, mudou-se de novo para instalar na Universidade de Manchester um departamento de Antropologia, o que propiciou o desenvolvimento da Escola de Manchester.

“Não se pode facilmente separar o desenvolvimento das ideias de Gluckman e a obra que ele inspirou no Rhodes Livingstone Institute. Elas fundiram-se nas produções da “Escola de Manchester”, a qual, na década de 1950, se tornou uma reconhecível mutação do estruturalismo britânico.” (KUPER, 1978b, p. 182 e 183).

Em 1934 Gluckman foi para Oxford pela primeira vez como bolsista Rhodes, onde foi influenciado pelas perspectivas de Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard, tornando-se um membro da Antropologia Inglesa e um adepto do estrutural-funcionalismo. Entre 1936 e 1938 realizou trabalho de campo na Zululândia que resultou em sua obra célebre “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” (1987a). O livro analisa como brancos e negros conseguem conviver juntos em um mesmo local, apesar da clara divisão entre os dois grupos, divisão esta que se torna um valor dominante para os brancos. Gluckman analisa esta relação a partir de uma situação específica: a inauguração de uma ponte, onde estavam presentes tanto brancos (equipe administrativa, policiais, etc) quanto zulus (chefes locais, trabalhadores que construíram a ponte, residentes das proximidades e etc). Em relação a esse evento, “o ponto de vista defendido por Gluckman era que, embora os membros dos diferentes grupos de cor

estivessem simbólica e concretamente divididos e opostos em todos os aspectos, eles eram forçados, entretanto, a interatuar em esferas de interesse comum.” (KUPER, 1978b, p. 173).

Gluckman recebeu de Oxford a influência de análise do conflito e da oposição, acreditando que o equilíbrio social não resulta da integração de grupos ou normas, mas pelo contrário, resulta do equilíbrio de oposições num processo dialético. No caso da Zululândia, a hegemonia do grupo branco é o fator social principal na manutenção do equilíbrio desta sociedade. Os rituais são também uma forma de afirmar uma possível unidade entre os grupos, apesar dos conflitos existentes.

Dentre cientistas membros da Escola de Manchester, podemos citar: Bailey, Barnes, Colson, Epstein, Mayer, Mitchell, Turner, Van Velsen, Worsley, Cunnison, Marwick e Watson. De acordo com Kuper (1978b, p. 178), “a obra de todos eles é quase sempre facilmente identificável como “manchesteriana” no tema e na inspiração”, e isso se deve ao fato deles terem sido discípulos e colaboradores de Gluckman, sofrendo grande influência do pensamento e da pesquisa deste antropólogo. Apesar disso,

“Cada monografia tinha seu foco particular: a fissão na aldeia foi o tema escolhido por Turner; a integração política vertical foi o de Mitchell, trabalhando numa aldeia Yao; a migração de mão-de-obra foi o problema abordado por Watson; as acusações de bruxaria serviram à pesquisa de Marwick, e assim por diante.” (KUPER, 1978b, p. 179).

Outro campo de estudo que os antropólogos da Escola de Manchester se debruçaram foi sobre as redes sociais - principalmente Barnes em seu artigo “Redes sociais e processo político” (1987a) – favorecido pelo cenário de modernização recente destas tribos africanas. O conceito de redes sociais explica o pertencimento do indivíduo a vários grupos (família, trabalho, faculdade, etc).

“Estes conceitos enfatizam a observação das características das ligações entre indivíduos, uns em relação aos outros, como forma de explicar ação social e os motivos pelos quais um indivíduo escolhe, em um contexto específico, um curso de ação e não outro.” (FELDMAN-BIANCO, 1987a, p. 27).

Sobre a forma de apreensão da realidade social utilizada pela Escola de Manchester devemos destacar a análise situacional ou estudo de caso detalhado, que é desenvolvida de forma mais abrangente por Van Velsen em seu artigo “A análise situacional e o método de

estudo de caso detalhado” (1987a). É muito comum na Antropologia estudar as normas e valores de uma determinada sociedade para compreender o que se passa dentro dela. No entanto, para a Escola de Manchester e o método de análise situacional, esses valores são na maior parte das vezes contraditórios, e por isso esta não seria a forma adequada. Para eles, a análise deve focar em situações e comportamentos reais e a partir deles é possível esbarrar em inúmeras normas sociais, analisando o modo como os indivíduos fazem uso delas no seu cotidiano, e até mesmo o conflito existente entre normas. Nas palavras de Van Velsen (in FELDMAN-BIANCO, 1987a, p. 369)

“Uma das suposições na qual a análise situacional está baseada é a de que as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente. São, ao contrário, freqüentemente vagas e discrepantes. É exatamente este fato que permite sua manipulação por parte dos membros da sociedade no sentido de favorecer seus próprios objetivos sem necessariamente prejudicar sua estrutura aparentemente duradoura de relações sociais. Por isso a análise situacional privilegia o estudo das normas em conflito.”

O método baseia-se no registro de situações sociais, isto é, no comportamento de indivíduos em algumas ocasiões como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Isto permite “entender os seres humanos como infinitamente adaptáveis às múltiplas situações onde se encontrassem” (FRY, 2011a, p. 5), além dos diversos pontos de vista e modos de agir existentes entre os indivíduos. A análise situacional deve ser apreendida através de trabalho de campo, analisando cada caso detalhadamente. Esses casos não devem ser utilizados como exemplos, tal como é comum na Antropologia, mas como partes de um processo social onde é possível tirar conclusões importantes para a pesquisa antropológica. Sobre a análise situacional a opinião de Fry (2011a, p. 11) é a de que,

“O que as pessoas fazem e dizem em situações sociais que podemos observar valem, do meu ponto de vista, muito mais que entrevistas formais, que tendem a apanhar posições normativas. Observando várias situações, como pregava Gluckman, é uma maneira interessante de tentar apanhar o máximo possível do processo social e de poder se aproximar a uma análise mais fina da relação entre ação e representação.”

Como já está subentendido na fala de Fry, Gluckman utilizou o método de análise situacional para compor sua pesquisa na Zululândia, e foi a partir das situações sociais e de suas inter-relações que ele pôde abstrair a estrutura social e as relações sociais existentes naquela sociedade.

Ainda em relação à questão metodológica, Malinowski foi uma grande influência para os membros da Escola de Manchester, pois tomaram como certo que a observação participante era fundamental para se chegar a um bom resultado científico. Gluckman levou essa pesquisa de campo ao extremo, desenvolvendo sua inserção com os Zulus vestido em roupas tradicionais africanas. Para Fry (2011a, p. 6) essa atitude demonstrava a necessidade de igualdade para com as pessoas que ele estava pesquisando. Gluckman também se preocupava com o contexto total da sociedade que estava estudando, visto que esta era uma sociedade plural. Assim, era necessário estudar tanto as áreas urbanas como as rurais. Além disso, a Escola de Manchester utilizava-se de dados históricos - e não somente como pano de fundo como faziam os antropólogos que estudavam sociedades “simples” - e estatísticos (principalmente Barnes e Mitchell) para compor suas pesquisas.

Apesar da certa marginalidade da Escola de Manchester em relação à Escola de Chicago quando se trata das influências da Antropologia Urbana, esta se tornou uma Escola revolucionária principalmente pela posição política que tomou em suas pesquisas e pela inovação em tratar de cidades pós-coloniais africanas, que estavam passando por processos únicos e instigantes para a Antropologia como um todo. As mudanças de vida dos indivíduos eram muito grandes, com membros que antes compunham grupos tribais tornando-se operários, e mudanças até mesmo identitárias em relação à “destribalização” ocorrida no contexto urbano. Mas não se pode falar em Escola de Manchester sem falar em Max Gluckman, pesquisador este que tomou à frente da Escola e que fez com que muitos pesquisadores da época tornassem discípulos seus, teóricos e metodologicamente falando. Concluo este capítulo com uma fala de Fry (2011a, p. 12) que resume bem toda essa importância:

“É na antropologia nas cidades então que as lições da Escola de Manchester continuam vivas, com a sua ênfase na pesquisa de campo baseada na participação plena com o intuito de entender melhor a inserção social complexa dos indivíduos de situação em situação.”

3.2 – REVISÃO HISTÓRICA DA ANTROPOLOGIA URBANA NO BRASIL.

É possível afirmar que a Antropologia brasileira está dividida em torno de duas tradições de pesquisa determinadas pela escolha do objeto, sendo uma delas a Etnologia Indígena e a outra a Antropologia da Sociedade Nacional⁵. A primeira delas, como ficou claro no segundo capítulo, é a que aparece com mais vigor dentro da disciplina, e a segunda é a tradição na qual a Antropologia Urbana se encontra, juntamente com outras linhas de pesquisa como a sociedade agrária e campesinato, as minorias sociais e étnicas, a família, os movimentos sociais, as religiões populares e a cultura nacional (OLIVEIRA, 1988b, p. 117).

Os primeiros estudos no Brasil que começam a incitar a questão do urbano como importante objeto de pesquisa se dá na década de 40 e continua na década seguinte, são os denominados “estudos de comunidade”. Influenciados sumariamente pela Escola de Chicago, estas pesquisas, apesar de não focarem especificamente nas sociedades urbano-industriais, utilizam a cidade como pano de fundo e cenário dos fenômenos estudados. Estes estudos “foram tentativas de aproximação ao estudo da cidade e do sujeito social habitante dela, embora esforços isolados não institucionalizados, a cidade não era ainda compreendida como objeto de estudo significativo.” (MENDOZA, 2000, p. 309 e 310). Eles tornaram-se importantes para dar visibilidade a um contexto e um foco de pesquisa que ainda não era levado em conta pela Antropologia e até mesmo pelas Ciências Sociais, tornando-se um antecedente daquela que hoje seria conhecida como Antropologia Urbana.

O empurrão dado pelos estudos de comunidade foi importante para o início do interesse, de fato, pelos processos econômicos, sociais e culturais da urbanização e da industrialização e seus efeitos no contexto da cidade e de seus habitantes no fim dos anos 50 e por toda a década de 60. Uma das causas fundamentais dessa transformação na Antropologia se dá pelo receio que houve na época de que as tribos indígenas e as minorias sociais, objetos clássicos da disciplina, desaparecessem com a modernidade e assim a Antropologia ficaria sem objeto de pesquisa. Além disso, os antropólogos começam a perceber que a urbanização é um sistema irreversível da modernidade e que traria profundas transformações para a sociedade como um todo, sendo papel de todo cientista compreender essas mudanças.

Diversos autores importantes das Ciências Sociais e da Antropologia lançam livros e pesquisas sobre o tema da cidade e da urbanização nesta época, como Florestan Fernandes e

⁵ Conceitos retirados da obra de Roberto Cardoso de Oliveira “Sobre o pensamento antropológico” (1988b), mais especificamente no capítulo V denominado “O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?”.

Otávio Velho, que organiza o livro com textos clássicos a respeito da cidade: “O fenômeno urbano” (1973) em 1967. Os principais temas de pesquisa dos anos 60 eram as consequências e os problemas para as grandes cidades derivados do processo de urbanização, como as migrações da área rural para a urbana, a grande aglomeração de favelas, marginalidade e etc. No entanto, é a década de 70 que constitui os anos fundamentais para a institucionalização da Antropologia Urbana no Brasil, corrente esta que se tornaria nos anos posteriores tão importante quanto à Etnologia dentro da Antropologia, e que levantaria questões e problemáticas geniais sobre a questão da cidade.

“Com todos estes aspectos, o interesse nas Ciências Sociais pelo urbano na década de 60, na minha opinião, estava-se “gestando ou fermentando” um campo de estudos antropológicos das populações urbanas que tomaria corpo na década de 70 e que seria liderada por uma nova geração, [...]” (MENDOZA, 2000, p. 175).

A década e 70 foi o momento crucial para o desenvolvimento e o reconhecimento da Antropologia Urbana como uma importante linha de pesquisa sobre os grupos urbanos, e isso se deu por uma conjuntura política, social e acadêmica pela qual o Brasil e a Antropologia estavam passando. Era uma época marcada por processos conflituosos como repressão, ditadura militar, crescimento urbano, pobreza, marginalidade e o chamado “milagre econômico”. Todo este contexto aflora nas Ciências Sociais como um todo um interesse sobre os problemas sociais urbanos que estavam acontecendo, tendo em vista o seu entendimento e a necessidade de transformação, sendo a Universidade o espaço ideal para isso. Além disso, esses cientistas passaram a se engajar politicamente, havendo uma grande preocupação em repensar, conhecer e analisar o Brasil, buscando transformá-lo numa sociedade melhor.

O objetivo principal desta geração de antropólogos emergentes era conhecer o sujeito urbano habitante das cidades, mas através de uma perspectiva diferente da que comumente se fazia nas Ciências Sociais, fundamentalmente a Sociologia e as Ciências Políticas, que partiam tradicionalmente da categoria de classe social e do entendimento do sujeito urbano como um ator político. Para a Antropologia, este sujeito urbano não era só um ator político que defendia uma ideologia, mas também um indivíduo que possui um local de moradia, um trabalho, uma cultura e uma bagagem cultural específica, que se torna importante apreender. “Tratava-se de conhecer como esses grupos urbanos organizam, classificam, representam, atuam e constroem o seu espaço e modo de vida dentro de um sistema urbano.” (MENDOZA, 2000, p. 191). Para conhecer essa realidade cotidiana dos indivíduos era necessário dar voz a

esses sujeitos, que na maior parte das vezes são oprimidos, e a melhor forma de fazer isso era a partir da observação participante.

“E aí então, as pessoas têm que ir para a periferia e observar como é o modo de vida e tentar então agora incorporar o olhar do outro que é a grande contribuição que a Antropologia tem frente a outros recortes em Ciências Sociais, é valorizar o discurso do outro e fazer um contraponto entre um discurso daquele que nunca foi ouvido porque parecia que era lá no fundo escondido, com outros discursos dominantes.” (MAGNANI apud MENDOZA, 2000, p. 194 e 195).

Além do contexto histórico, outro fator contribuiu para a construção do campo antropológico urbano no Brasil na década de 70: a expansão do ensino universitário e da Pós-graduação, promovidos pelo próprio regime militar. Os principais Programas e Pós-Graduação em Antropologia na época eram o do Museu Nacional, da USP e da UNICAMP. Cada um desses programas se especializaram em determinados temas de pesquisa, mas todos eles estavam relacionados ao contexto urbano e à cidade. No Museu Nacional podemos destacar as camadas médias, escolas de samba, religião, movimentos sociais, futebol, produção cultural, desvio e comportamento, moradia em favelas, parentesco, redes sociais e carnaval. Na USP verifica-se a investigação de temas como família de operários, associações de bairros, bairros populares, educação, habitações na periferia, lazer, movimentos sociais, migrações para a cidade, participação popular e política, religião. Já na UNICAMP os objetos de pesquisa mais frequentes eram papéis sociais, prostituição, antropologia da mulher, saúde, migrações, culturas populares, organização social de bairros, trabalhadores rurais, papéis sociais e identidade (MENDOZA, 2000, p. 196).

As pesquisas dedicadas à Antropologia Urbana começam a ganhar força, e algumas delas “têm recebido um reconhecimento por sua importância na pesquisa urbana, por construírem e refletirem a sociedade brasileira nos anos 70” (MENDOZA, 2000, p. 269). O próprio Mendoza define as cinco pesquisas mais importantes da época, e são elas: “A Sociologia do Brasil urbano” (1978c) de Anthony Leeds, “A Utopia Urbana” (2003) de Gilberto Velho, “A caminho da cidade” (1984) de Eunice Durham, “Carnavais, malandros e

heróis” (1981) de Roberto Da Matta e “Festa no Pedaco Cultura Popular e Lazer na Cidade”⁶ (2003) de José Guilherme Magnani.

Esta escolha de foco sobre o contexto urbano fez com que a Antropologia começasse a ganhar prestígio frente às outras disciplinas. De disciplina marginal, por tratar de temas pouco políticos, a Antropologia, com seu novo objeto de estudo, passou a oferecer novas perguntas e questões a um campo intelectual maior, não só o antropológico. Este reconhecimento alcançado a partir da década de 70 contribuiu de forma intensiva para a construção do campo teórico da Antropologia Urbana, havendo uma efervescência e um descobrimento do urbano como área de pesquisa por alguns antropólogos, e que no final dos anos 70 e início dos 80 iria se formar como uma especialização.

Podemos verificar esse desenvolvimento na passagem das décadas de 70 e 80 através do número de pesquisas na área da Antropologia Urbana, que no primeiro momento começa a se desenvolver, mas que encontra dificuldades para serem publicadas, como era de se esperar nos inícios da construção do campo, diferentemente do que acontece nos anos 80. Nesta época, há uma multiplicidade de publicação de pesquisas e conseqüentemente de temas de investigação dentro da área que estava se consolidando. Para alguns estudiosos, esta multiplicidade trazia algumas limitações à disciplina, pois as abordagens diversas não se somavam e nem se integravam umas às outras, produzindo resultados soltos e sem objetividade. Outro fato que demonstra esse desenvolvimento é que somente na XII reunião da ABA em 1980 que aparece pela primeira vez um grupo de comunicações em Antropologia Urbana, coordenada por Gilberto Velho.

É nesta época também que novos Programas de Pós-Graduação são criados, em Universidades e regiões do Brasil onde a Antropologia ainda não era uma disciplina consolidada. Em 1985 é criado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) o Programa de Pós-Graduação em Antropologia, na UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social em 1974, entre outros. No caso dessas duas Universidades o desenvolvimento da área da Antropologia Urbana foi tão significativo, que contam hoje com uma linha de pesquisa e um Núcleo de Pesquisa relacionados ao tema, respectivamente. Além disso, ambos os Programas possuem grande

⁶ A primeira publicação do livro se deu em 1984, mas Magnani defende a tese de doutoramento em 1982 no Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, com o título de "Festa no Pedaco: O Circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular".

número de dissertações e teses publicadas sobre o viés da Antropologia Urbana, fortalecendo esta linha de pesquisa dentro da Instituição e contribuindo para compor esta especialização que atualmente está bem consolidada.

O Núcleo de Pesquisa sobre Culturas Contemporâneas da UFRGS, NUPECS, foi criado em 1996, com o objetivo de reunir pesquisadores interessados na dinâmica das culturas contemporâneas. Os principais professores e pesquisadores deste núcleo são Ruben George Oliven, Maria Eunice de Souza Maciel, Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha⁷. Já a linha de pesquisa da UFSC denomina-se “Antropologia urbana e do patrimônio” e também está relacionada às mudanças espaciais, sociais e culturais na cidade contemporânea. De acordo com o site do Programa⁸, esta linha se interessa por temas como migrações, turismo, alimentação, consumo e moda, lazer, performances urbanas, sociabilidades, usos e apropriações dos espaços públicos e privados, urbanismo e habitação popular e de camadas médias.

Também merece destaque como Instituição que promove o desenvolvimento e fortalecimento da Antropologia Urbana no Brasil o Núcleo de Antropologia Urbana da USP (NAU), liderada pelo professor José Guilherme Cantor Magnani. A primeira “expedição” do NAU aconteceu em 1988 e se consolidou hoje como um Grupo que incita os estudantes de Antropologia da USP a irem a campo e investigarem a cidade de São Paulo e os fenômenos que ocorrem em seu cotidiano. Atualmente, o NAU possui dimensões bem amplas, constituindo-se de cinco áreas temáticas (Surdos, Religião, Corpo e cidade, Migração, Índios urbanos), uma revista eletrônica, além de um seminário de âmbito nacional sobre o tema, denominado “Graduação em Campo – seminários de Antropologia Urbana”⁹.

Outra Universidade de destaque na produção de pesquisas sobre a Antropologia Urbana é a UnB (Universidade de Brasília), que se encontra atualmente com uma linha de pesquisa dentro do Programa de Pós-Graduação (Antropologia Urbana, do Desenvolvimento e Globalização) e um Grupo de pesquisa (Urbanidade e Estilos de Vida), liderado pelas professoras Cristina Patriota de Moura e Mariza Veloso Motta Santos. No entanto, diferentemente da UFRGS e da UFSC que tiveram seus Programas de Pós-Graduação em Antropologia criados somente no fim da década de 70 e início da de 80, a UnB conta com

⁷ Informações retiradas do site do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS: <<http://www.ufrgs.br/ppgas/>>.

⁸ Site: <<http://www.antropologia.ufsc.br/ppgas/>>.

⁹ Informações retiradas do Núcleo de Antropologia Urbana da USP: <<http://n-a-u.org/>>.

uma tradição antiga nos estudos antropológicos, que datam de 1962, quando o Prof. Eduardo Galvão fundou o Departamento de Antropologia, e estabeleceu um centro de pesquisas etnológicas e lingüísticas.

Atualmente, a Antropologia Urbana se encontra legitimada e respeitada por todos os cantos do país, competindo por igual com a Etnologia Indígena como uma linha de pesquisa importante para a disciplina antropológica. Os objetos de estudo são tão heterogêneos que fica difícil delimitar uma centralidade desses trabalhos sem correr o risco de cometer um grande deslize. Além disso, muitos antropólogos que trabalham na área não se definem mais como urbanos e isso se deve à abertura teórica desses pesquisadores, circulando por diferentes correntes de pensamento.

“Na atualidade, a Antropologia tem diversas formas e temas de estudo, dificilmente se pode hoje fechar em campos específicos, mas naquela época dos anos 70, esses primeiros anos de interesse das pesquisas urbanas na cidade definir a Antropologia Urbana era necessário para legitimar o campo frente a outras disciplinas.” (MENDOZA, 2000, p. 300).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações advindas da Revolução Industrial e do capitalismo, na qual hoje fazem parte do nosso cotidiano, são realidades das quais dificilmente se consegue reverter. O contexto urbano e a cidade é, de fato, o cenário da modernidade e provavelmente fará parte de gerações e gerações além da nossa. O papel das Ciências Sociais como um todo é estudar e entender a vida social dos indivíduos, sendo de fundamental importância compreender o cenário da qual ele faz parte. Desta forma, a cidade se torna um local de pesquisa essencial para cumprir com o objetivo desta ciência, e por este motivo esta pesquisa se debruçou sobre o tema da Antropologia Urbana, por entender que esta linha de pesquisa contribui de forma ímpar para determinadas questões.

Percebemos durante o decorrer dos capítulos como a Antropologia, durante muito tempo, relutou em afirmar que o contexto urbano era um objeto de pesquisa tão significativo quanto as sociedades “simples”. Algumas escolas de pensamento, ao contrário, logo perceberam que a cidade poderia dizer muito sobre a sociedade como um todo, e trataram logo de investigá-la, são os casos da Escola de Chicago e da Escola de Manchester, que se tornaram as principais influências teóricas e metodológicas da Antropologia Urbana no mundo e no Brasil. Preocupados com o vertiginoso crescimento de Chicago nos anos 20 e a sequência de problemas que esse fenômeno acarretou, a Escola de Chicago fez da cidade seu objeto de estudo, influenciando tanto a Antropologia como a Sociologia. Já a Escola de Manchester influenciou a Antropologia com seus estudos na África com grupos tribais que passaram por processos de urbanização e descolonização. Percebe-se que ambas as Escolas trataram de sociedades que estavam passando por profundas transformações, a primeira em relação à mudança de sociedade rural para a urbana, e a segunda sobre colônias que se tornaram independentes.

Sobre o desenvolvimento histórico da Antropologia Urbana no Brasil, quatro momentos tornam-se importantes para a consolidação dessas pesquisas: os anos 40 e início dos 50 com a influência da Escola de Chicago em alguns estudos no Brasil, principalmente os estudos de caso; os anos 50 e início dos 60 onde inicia de fato um interesse em pesquisar a industrialização e a urbanização do Brasil; os anos 70 com a iniciativa de pesquisar o modo de vida dos sujeitos que habitam a cidade a fim de compreender os significados que eles próprios dão à realidade na qual estão inseridos, época também em que os temas de pesquisa tornam-se

bastante heterogêneo; e, finalmente, a década de 80 onde o “boom” iniciado na década seguinte encontra sua regulamentação, isto é, onde as pesquisas urbanas começam de fato a ser publicadas em grande escala e onde se encontra o reconhecimento e a consolidação da Antropologia Urbana como uma especialização dentro da Antropologia, fazendo com que diversas Universidades criassem linhas de pesquisa dedicadas ao tema do urbano e da cidade.

Sobre as Universidades que são referências na área devemos destacar a USP e o Museu Nacional. No entanto, podemos vislumbrar algumas diferenças de enfoque entre essas duas instituições. Cada uma delas tomou caminhos diferenciados devido a diferentes fatores, como o contexto social e histórico da região em que se inserem, no caso São Paulo e Rio de Janeiro, bem como a influência de antropólogos que marcaram e ainda marcam as pesquisas dessas instituições, fazendo com que cada geração de pesquisadores mantenha a tradição desses “mestres”. Atualmente, a USP tem como antropólogo-base, por assim dizer, José Guilherme Cantor Magnani, que possui uma tradição em pesquisas sobre o lazer na cidade de São Paulo. Já o Rio de Janeiro, desde a formação da Antropologia Urbana, o Museu Nacional manteve Gilberto Velho como sua maior inspiração, tendo trabalhos sobre os mais variados temas, mas principalmente entre a classe média carioca.

Atualmente, a USP e o Museu Nacional não são as únicas instituições importantes dentro da área da Antropologia Urbana, pois verificamos uma proliferação de antropólogos, linhas e grupos de pesquisa ao redor do país, o que demonstra a grande popularidade que a disciplina alcançou. Isso se deve, de fato, à qualidade das pesquisas feitas por diversos estudiosos e o reconhecimento de que as conclusões alcançadas pela Antropologia são significativas para as Ciências Sociais como um todo e também para áreas afins. Atualmente, o termo Antropologia Urbana perde o sentido visto que esta linha de pesquisa se caracterizou pela diversidade de temas em que a cidade se torna somente o cenário, e não o objeto de pesquisa em si. Alguns antropólogos, como Gilberto Velho, prefere a denominação de Antropologia das sociedades complexas, pois assim abrange todos os temas que fazem parte deste tipo de sociedade.

Termino este trabalho afirmando que a Antropologia Urbana é uma linha de pesquisa importantíssima para responder às questões que nos deparamos cotidianamente na sociedade em que vivemos e que por isso mesmo é um tema que merece destaque. Espero ter contribuído para a compreensão do que significa a Antropologia Urbana e mostrar aos leitores a relevância que os temas desta linha de pesquisa trazem para nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Oscar E. *Enquistamentos étnicos*. **Revista do Arquivo Municipal**. Vol. LXV, p. 227-246. 1940.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social*. 2ª ed., Salvador, EDUFBAIEGBA, 1996a.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. UNESCO, 1955.
- BECKER, Howard. *A escola de Chicago*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, Oct. 1996b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de Março de 2013.
- _____. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Tradução Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica Karina Kuschnir. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CORRÊA, Mariza. *Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 6: p. 79-98, 1988a.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. Editora Perspectiva, 1984.
- FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. Métodos. São Paulo: Global, 1987a.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, v. 1, 1978a.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- FRUGOLI JR., Heitor. *O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia*. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 48, n. 1, June 2005a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de Março de 2013.

FRY, Peter. *Nas redes antropológicas da Escola de Manchester: reminiscências de um trajeto intelectual*. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 1-13, 2011a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/20854/11987>>. Acesso em: 20 de Março de 2013.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes, 1985.

HELLER, Frederico. *História natural de uma rua suburbana*. **Sociologia**, vol V, n. 3, p. 199-216. 1943.

HERMANN, Lucila. *Grupos sociais de Guaratinguetá*. **Sociologia**. Vol. V. Nº. 3, 1938.

_____. *Estudo do desenvolvimento de São Paulo através da análise de uma radial: a estrada do café*. **Revista do Arquivo Municipal**, vol. XCIX, p. 7-44. 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 8. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

KUPER, Adam. “Leach e Gluckman: para além da ortodoxia”. In: Kuper, Adam. *Antropólogos e antropologia*; tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro, F. Alves, 1978b.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978c.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade”. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). *Na MetrÓpole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996c.

_____. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 nº 49, 2002.

_____. *Festa no Pedaco: Cultura Popular e Lazer na Cidade*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976a.

MELLATI, Julio Cezar. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. **Série Antropologia**, nº 38. Brasília: UnB, 1983.

MENDOZA, Edgar Salvador Gutiérrez. *Sociologia da Antropologia Urbana no Brasil: a década de 70*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MICELI, Sergio. *Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964)*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 5-26, 1987b.

NOGUEIRA, Oracy. *Distribuição residencial de operários de um estabelecimento industrial de São Paulo*. **Sociologia**, vol. XI, n. 1, p. 32-53. 1949.

_____. *Vozes de Campos do Jordão. Experiências Sociais e psíquicas do Tuberculoso Pulmonar no Estado de São Paulo*. São Paulo: Revista Sociologia, 1950.

OLIVEIRA, Roberto C. de. “O que é isso que chamamos de Antropologia Brasileira?” e “A organização dos antropólogos brasileiros: a ABA”. In *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988b.

_____. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976b.

OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de grupos urbanos*. 6ª Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest. *Introduction to the Science of Sociology*. The University of Chicago, Illinois, 1921.

PIERSON, Donald. *Habitações de São Paulo: estudo comparativo*. **Revista do Arquivo Municipal**, vol. LXXXI, p. 199-238. 1942.

_____. *Branco e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. 2ª edição. SP: Companhia Editora Nacional, 1971.

REDFIELD, Robert. *Tepoztlan, a Mexican Village: A Study of Folk Life*. Chicago, Illinois: University of Chicago Press, 1946.

STOCKING JR., George W. “Antropologia em Chicago: a fundação de um departamento independente – 1923 – 1929”. In Peixoto, F.A.; Pontes, H. & Schwarcz, L.M. (orgs.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, p. 15 – 59, 2004.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *A Escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005b.

_____. *A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório*. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 35-49, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=738>> . Acesso em: 20 de Março de 2013.

VELHO, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

_____. *Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento*. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, Apr. 2011b . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132011000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 de Março de 2013.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: Um Estudo de antropologia social*. Gilberto Velho, Zahar, 6^a Ed, 2003.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Niterói, RJ: ed. UFF, 1987c.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005c.

WILLEMS, Emílio. *Contribuição para uma Sociologia da vizinhança*. **Sociologia**, vol. 3, n. 1, p. 29-43. 1941.

XIDIEH, Osvaldo E. *Subúrbio*. *Revista do Arquivo Municipal*, vol. CXIV, p. 173- 184. 1947.